

A MONUMENTALIDADE HISTÓRICA DE COIMBRA: AS POLÍTICAS URBANÍSTICAS NA EDIFICAÇÃO DO LEGÍTIMO HOMEM PORTUGUÊS¹
The historical monumentality of Coimbra: urbanistic policies in the building of the legitimate portuguese man

Vitor Sartori Cordova²

Jane Victal³

Paulo Peixoto⁴

RESUMO

As políticas urbanísticas do século XIX e XX depararam-se com problemas relacionados à construção da identidade pública, viabilizadora do enredo existencial urbano. Utilizando-se de alguns preceitos sociológicos de Georg Simmel, reflete-se sobre esta situação em Coimbra (Portugal) da primeira metade do século XX sob jugo estatal salazarista. Destaca-se como foram desenvolvidos os discursos e as táticas de planejamento urbano no local e os projetos habitacionais do Movimento Casa Portuguesa na construção de bairros sociais, especificamente, o Bairro de Celas. Neste âmbito, intenta-se relacionar como foi forjada a contemplação entre indivíduo e cidade por meio do controle político do sítio urbano, na qual uma imagem do “legítimo homem português” foi incessantemente ensejada pelo Estado Novo.

Palavras-chave: Georg Simmel. Identidade pública. Movimento Casa Portuguesa. Bairro de Celas.

ABSTRACT

The urban policies of the 19th and 20th century faced problems related to the construction of public identity, which enabled the urban existential plot. Using some sociological precepts by Georg Simmel, we reflect on this situation in Coimbra (Portugal) of the first half of the 20th century under Salazar’s state regime. It is noteworthy how the speeches and tactics of urban planning were developed at the site and housing projects of the “Casa Portuguesa Movement” in the construction of social neighborhoods, specifically, in Celas neighborhood. In this context, we intend to relate how the contemplation between individual and city was forged through the political control of the urban site, in which an image of the “legitimate Portuguese man” was incessantly created by the portuguese New State.

Keywords: Georg Simmel. Public identity. Portuguese House Movement. Celas neighborhood.

1 Artigo desenvolvido como pré-requisito à conclusão do programa de doutorado sanduíche com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Número do processo: 88881.134704/2016-01), no grupo de pesquisa “Cidades, Culturas e Arquitetura (CCArq)” do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) e no grupo de pesquisa “História das Cidades: Ocupação Territorial e Ideários Urbanos” do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

2 Sociólogo e urbanista, pós-doutorando pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp (FCA/Unicamp). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Processo nº 2019/15057-4. vitorcordova@yahoo.com.br.

✉ Rua Pedro Zaccaria, 1300, Limeira, SP. 13484-350.

3 Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ PUC-Campinas). janevictal@puc-campinas.edu.br.

✉ Rua Professor Dr. Euryclides de Jesus Zerbin, 1.516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas, SP. 13087-571.

4 Professor Associado com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e pesquisador do Centro de Estudos Sociais (CES). pp@uc.pt.

✉ Avenida Dr. Dias da Silva, 165, Coimbra, Portugal.

INTRODUÇÃO

O mundo pós Primeira Guerra encontrava-se em uma encruzilhada de âmbitos democrático-liberais e ditatoriais. Concernia esta encruzilhada em algumas decisões tomadas pelos EUA que se tornaram ávidos defensores de um modelo pautado, “grosso modo”, pela estratégia da desregulamentação do Estado sobre a economia e de um isolacionismo referente à mesma no âmbito externo. No âmago da Grande Depressão de 1929, este modelo econômico foi ameaçado e o mesmo acometeu às suas bases políticas. Em contrapartida, mais tarde, o controle efetivo do Estado encontrou ápices inimagináveis, atingindo a organização social de algumas nações que mais sentiram o impacto da crise como a Alemanha e a Itália.

Estes países, com regimes ultranacionalistas, despontavam como a aurora de um “novo modelo” de ação política, agindo na qualificação das relações sociais em seus aparelhos burocráticos (MATOS, 2010). Neste ponto, na condução efetiva da nação, insinuava-se certo balizamento personalista⁵ que se mesclava com outras formas hegemônicas de poder: nas artes, na arquitetura e na educação das “massas” por intermédio do controle informacional (TORGAL, 2009). Este modelo político, inclusive, estendeu-se à Península Ibérica. O Estado Novo lusitano, por exemplo, concebido semelhante ao modelo italiano (e tendo como central a figura de António de Oliveira Salazar), agregou outras vertentes de poder como a Igreja Católica na disseminação dos valores desse projeto. Tais valores, de cunho tradicional, estabeleceram acordos com os ideais de progresso cultivados na curadoria dos

⁵ No sentido de *persona* política, qualificando-se aqui um conjunto de valores culturais ou de mais fenômenos não necessariamente unânimes, mas que se tornam consensuais em pontos estratégicos em relação ao controle de saberes e informações.

quadros formadores de intelectuais, tidos como peça fundamental para o avanço da nação (MATOS, 2010).

A constatação desses nós górdios fundamentais de coalizão, isto é, dos valores modernos com os tradicionais, são especialmente observados na região denominada “Alta de Coimbra” onde encontra-se a Universidade fundada em 1290, quando o rei Dom Dinis assinou o documento “*Scientiae thesaurus mirabilis*” criando a instituição de ensino homologada pelo Papa Nicolau IV. Implantada definitivamente em Coimbra em 1537, todos os seus institutos se instalaram no antigo Paço Real da Alcáçova, hoje “Paço das Escolas” (Figura 1), após a sua aquisição pela Universidade em 1597⁶.

Na década de 1930, o Estado Novo aumentou o porte da Universidade, construindo edifícios para a Biblioteca Geral e para a Faculdade de Letras (Figura 2) dentre outras edificações. Para o efeito, procedeu as desapropriações de residências que, pelo crivo da época, eram habitadas em condições inaceitáveis para um sítio de tão digna importância e visibilidade do espírito coimbrão (ROSMANINHO, 2006).

Talvez seja neste aspecto que mais resida a psicosfera do Estado Novo. Aliando-se à supremacia almejada em seus objetivos políticos no controle dos diversos segmentos societários, as estratégias traçadas passaram a uma imposição hegemônica por meio da imagem de uma cidade que pudesse traduzir as reais intenções deste regime. Desta maneira, entende-se que o totalitarismo político do Estado Novo abarcou questões relativas à qualificação e ao reconhecimento identitário daqueles que vivenciavam o espaço urbano de Coimbra (FRIAS; PEIXOTO, 2002). Substancialmente, isso foi constatado na

⁶ Inicialmente instalada em Lisboa, a universidade foi transferida para Coimbra em 1308. Regressou a Lisboa em 1338, onde ficou até ter voltado de novo a Coimbra em 1354. Em 1377 voltou para Lisboa. Permaneceu nesta cidade por 160 anos até D. João III tê-la fixado definitivamente em Coimbra em 1537.

A monumentalidade histórica de Coimbra: as políticas urbanísticas na edificação do legítimo homem português

Vitor Sartori Cordova, Jane Victal e Paulo Peixoto

reinterpretação dos motivos estéticos da antiguidade clássica na “arte” estampada na instituição, sendo possível verificar a demonstração deste poder no âmbito simbólico, isto é, na monumentalidade arquitetônica (ROSMANINHO, 2006).

Pragmaticamente, o termo **monumentalidade arquitetônica** desenvolvido no âmbito da disciplina arquitetura se debruça a apresentar as edificações de forma a demonstrar como estas excedem a escala do sítio (espacial e temporalmente) e os efeitos que geram à percepção humana por sua magnitude (GIEDION, 2004; MONTANER, 2015). Todavia, a monumentalidade utilizada aqui, por intermédio da leitura sociológica simmeliana, a compreende através do papel que exerce enquanto controle da ação social, ou melhor, como instrumento

de estímulo que impõe símbolos incessantes de identificação de um grupo ao indivíduo e sua forçosa participação em uma massa amorfa denominada de “coletivo”.

É importante frisar rapidamente o contexto histórico o qual Georg Simmel (1858-1918) escreveu os seus tratados sociológicos. No período em que viveu, o positivismo, através da escola francesa com Émile Durkheim, ditava o bojo da formação disciplinar quanto as formas de socialização e sociabilidade, pelo menos ao que compete às dinâmicas culturais ocidentais. Entretanto, destaca Simmel que este tipo de interação humana pouco conseguia captar as intencionalidades destas relações entre seres humanos. Sendo assim, a uniformização do indivíduo relatava certa homogeneidade imposta pelos mecanismos sociais exteriores. Ainda mais: tais forças externas



Figura 1 – Paço das Escolas da Universidade de Coimbra, antigo Paço Real da Alcáçova
Fonte: V. S. Cordova, 2017.



Figura 2 – Caráter monumental da fachada principal da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Fonte: V. S. Cordova, 2017.

ao indivíduo ficariam pouco ou mal explicitadas na medida em que não ofereciam um quadro detalhado e claro do como estas personalidades conseguiam acomodar estas forças à textura social de um povo. Assim, como contraponto, Simmel (2006) concebia que o produto das interações entre os atores sociais é que constituíam, de fato, o termo “sociedade”.

Decerto que, se por um lado, esta forma societária simmeliana poderia ser remetida a uma socialização entre pessoas em um determinado território ou localidade, por outro, qualifica-se pela quista relação entre os indivíduos no processo de **sociação**, isto é, na maneira como estas entidades individuais estabelecem por si suas próprias interações e relações de interdependência ao largo da convergência positivista (SIMMEL, 2006). Em seu texto “A metrópole e a vida mental”, destaca Simmel (1973) que estas ações, no que tange à qualidade da percepção urbana, já estariam comprometidas pelos grandes estímulos racionais apontados na ordenação do espaço urbano conforme os padrões de regularidade instaurados.

Isto compete dizer que o âmbito racionalizador e tecnicizante da cidade moderna integrava um quadro preocupante de dominação, principalmente, das relações instauradas pela esfera monetária (capitalismo). Ter-se-ia um processo de consequente atitude *blasé* quanto ao entorno e aos outros modos de ser dada a complexidade e escala a que se atingia o urbano e, por isso, já proporcionalmente pouco assimilado pelos indivíduos. Sendo assim, seu conceito de micro-sociologia demonstra que as interações sociais dependem de relações díspares e até conflitivas, pois estas é que instituem o pleno desenvolvimento da tomada de consciência individual, fazendo com que o litígio seja superado mediante acordos fora da percepção, delimitação e explicitação de uma visão vertical.

Contrapor-se a esse ponto é de extrema importância na pauta das políticas ultraconservadoras, pois é a visão verticalizada que invariavelmente bebe da fonte do mito da “origem originária” de um povo forte e soberano, a qual não escapa de um centralismo ideológico social. Para tanto, como não surge espontaneamente do embate entre indivíduos, o poder hegemônico necessita sempre, para a sua materialização, da concretização deste mito em um grande núcleo irradiador (como um centro histórico urbano), isto é, de um lugar que a represente como um “berço da grande nação”. **Assim, a monumentalidade é encarada neste artigo como uma representação do controle das manifestações plurais de uma ação tida como coletiva por poderes estatais de inclinação militarizada, subtraindo a oportunidade de uma contemplação divergente através das partes individuais.**

Entretanto, o quê significa essa contemplação? É neste ponto que se torna pertinente a classificação de Simmel (2010) sobre a “estética sociológica” tratada em alguns de seus ensaios sobre cidades da antiguidade como Roma, Florença e Veneza. Do bojo contemplativo, este sociólogo interpreta as cidades em sua totalidade, isto é, na configuração resultante do modo como seu sistema de valores e objetos se inter-relacionam entre as pessoas. Esta constituição é a definição da qualidade das relações sociais presentes no meio destas cidades, onde o papel do indivíduo aparece nitidamente ao ponto de convergir a estética do lugar com a do próprio indivíduo que o contempla.

As cidades a que Simmel se referia tinham em sua materialidade estruturante um redob baseado na memória coletiva: respectivamente, uma é história em bruto, plena de reencontros de diferentes épocas, estilos e personalidades; outra seria uma unidade misteriosa em que natureza e espírito parecem se harmonizar; a restante se qualifica pelo engenho e artifício humano. Resumidamente, cada uma destas cidades tem um aspecto relevante que as caracterizam como fruto das

ações sociais tomadas por meio da participação individual, no poder que têm de realizarem estas ações e de refletirem sobre elas para construir um projeto político, ou seja, um devir de possibilidades tecidas em uma integralidade orgânica e horizontal, e não uma totalidade verticalmente imposta.

Desta forma, a identidade destas cidades e das pessoas que ali habitam, não se pauta em uma sistematicidade de atividades que reforcem somente o passado. Ela se acolhe no desejo de externalizar uma vontade que os seres humanos se colocam para tentar explicar suas vidas, de procurar um sentido, metas e objetivos para si. **No mais, o problema da contemplação está ligado ao fato da estética também ser um desejo constante de ideais políticos, de uma ação reflexiva na busca de certo simbolismo reconhecível que é, concomitantemente, ético.** Entretanto, esta ética não é dada *a priori*, sendo constantemente construída culturalmente, fruto daquelas reflexões amparadas pela ação. Por meio desta perspectiva, **“contemplar” é associar os papéis sociais exercidos e qualificados nas ações com a materialidade do meio urbano**, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, no urbanismo moderno⁷ que se pautou por princípios ordenadores e racionalizados ao ponto de ter, como único papel disponível ao indivíduo, o anonimato pela ausência desta associação.

⁷ O termo “urbanismo moderno” está problematizado na questão da identidade. A formalização da vivência humana entre suas funções básicas e as zonas adequadas para a sua devida realização nem mesmo condizem com o desejo da época, que seria a formalização técnica de um tipo de cidade com um tipo de homem. Mesmo que seja compreensível a crítica de personalidades como Le Corbusier quanto às discussões sobre a redução da questão urbana à simples necessidade de habitação (dirigida à Walter Gropius), os valores fundamentais desta ação urbanística pouco contribuíram para a questão do reconhecimento entre homem e lugar. Isto talvez esteja relacionado ao problema da percepção, a qual já estava condicionada pelo arquiteto-projetista enquanto encarava a paisagem (que abrange além do meio técnico, o meio natural, os encontros entre os seres, as diversas temporalidades dispostas pelos denominados práticos-ínteres, etc.) substancialmente pela contemplação dos edifícios construídos.

Aliás, esta era uma das maiores preocupações da sociedade ocidental no século XX e ainda está sendo a do XXI: a reconsideração da reflexão indivíduo-sociedade em todos os seus trejeitos. A angústia aqui estaria na busca de uma imagem de indivíduo que tem como “contemplação” uma representação também do seu mundo (*imago mundi*) que, por vezes, é abduzida por regimes totalitários (caso do nazifascismo); por deficiências nos projetos da globalização (que esgarçou ainda mais as possibilidades de identidade); ou por estratégias turísticas que designam o que é “patrimônio cultural” o qual, não raro, o caricaturam e o descolam da ação reflexiva (BANDEIRA, 2010).

Assim, surgem questões relevantes: como isso afeta a interpretação de uma cidade? Quais são os impactos gerados na percepção da diversidade do urbano? Contrariedades estas pertinentes, pois a problemática dos valores culturais depende da configuração de como os mesmos se articulam na prática com os princípios éticos e, conseqüentemente, neste sentido, também estéticos.

Neste artigo, estas práticas serão abordadas pela discussão sobre a contemplação estética – e os conseqüentes valores culturais que, porventura, possam gerar – somada à reflexão advinda do trabalho de campo no sítio urbano coimbrão. O objetivo é o de ponderar até que ponto a estruturação de uma imagem de “cidade símbolo dos feitos da nação portuguesa” contribuiu para a confecção deturpada das feições do espaço urbano (como pertencimento e reconhecimento), isto é, da percepção romantizada desta como *locus* de um “povo digno” que ainda aborda o diferente⁸ como a causa dos problemas contemplativos, isto é, enquanto identidade portuguesa.

Assim sendo, intenta-se verificar as estratégias em que a “monumentalidade” atuou como constructo de uma imagem de cidade que disputou, no campo ideológico, valores como a “origem originária”

⁸ Lembrando que este “diferente” não se distancia dos termos etnia, raça, gênero e religião.

A monumentalidade histórica de Coimbra: as políticas urbanísticas na edificação do legítimo homem português

Vitor Sartori Cordova, Jane Victal e Paulo Peixoto

do povo lusitano poderando para tal a conjugação entre o arcaico e o moderno. Melhor dizendo, entre sítios históricos e localidades de valores romantizados (o local aonde ficam as instalações universitárias) e os demais conjuntos arquitetônicos do seu entorno, como os bairros sociais projetados ao largo da malha urbana.

A ALTA E A BAIXA DE COIMBRA: CÁRCERES DE SONHOS

A edificação dos institutos da Universidade de Coimbra no período do Estado Novo ancorou-se em uma gama extensa de profissionais para a realização do projeto. Foram chamados arquitetos, engenheiros, médicos sanitaristas, pintores, escultores além da elaboração de comitivas de fiscalização das obras⁹.

Entretanto, no local escolhido para os trabalhos, havia alguns problemas consideráveis: na Alta e Baixa coimbrã (Figura 3), centenas de pessoas de comunidades tradicionais moravam ali, obstruindo o intento ambicioso (DUARTE, 2013). Além delas, tinham-se construções seculares, estabelecimentos comerciais e industriais.

O local era mal visto porque a cidade tinha uma tradição a recuperar: no imaginário social, alentava-se converter Coimbra naquilo que “sempre tinha sido”: um lugar que reservava-se como “*locus* do conhecimento”. Neste âmago, a construção

⁹ Como a CAPOCUC: Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. Esta comissão foi criada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações em 4 de dezembro de 1934, encarregando os arquitetos Raul Lino e Luís Benevante de redefinirem um projeto de urbanização em torno dos núcleos já existentes na Universidade de Coimbra, propondo sua expansão de acordo com as necessidades da instituição.



Figura 3 – Área atual que abrange a Região da Alta e da Baixa da cidade de Coimbra

Fonte: V. S. Cordova, 2017.

dos Institutos de Letras, Medicina (Figura 4), Física, Química e da Biblioteca Geral correspondiam ao desejo de promover a reconstrução dos espaços acadêmicos.

Além disso, havia a vantagem de resolver, esteticamente falando, outros inconvenientes que “poluíam” o local: as áreas insalubres. No tecido urbano, estas seriam construções sem um desenho ortogonal (de épocas medievais) e que ainda hoje são visíveis nas proximidades do Museu Machado de Castro (localizado exatamente atrás da Faculdade de Letras) e na região da Baixa de Coimbra.

Existiam também outros aspectos imaginativos, como a ansiedade do progresso digno de uma era altamente produtivista do século XX que guardava afinidades com o seu antecessor, além da procura de uma “origem

A monumentalidade histórica de Coimbra: as políticas urbanísticas na edificação do legítimo homem português

Vitor Sartori Cordova, Jane Victal e Paulo Peixoto

originária portuguesa” almejada pelo novo regime (BRITES, 2017). Esta busca teve seu respaldo no âmbito ideológico do “reaportuguesamento da arte”, guardando vinculações na monumentalidade das construções a serem projetadas, pelo menos, nos edifícios que dignificavam a máquina estatal e as instituições que geriam a vida social portuguesa.

Todavia, o bucolismo não foi esquecido, sendo evidenciado em muitos projetos de bairros sociais¹⁰ para onde foram residir as pessoas realocadas. Estes, como o de Celas, em sua face arquitetônica, guardaram muito do que se concebeu na época como a casa do “homem simples”, enquadrando-se como a morada do “homem do campo” na tentativa de exprimir as “verdadeiras origens do homem português”. Assim, a supremacia dos objetivos políticos nas obras da Alta, a instrumentalização das imagens passadas na componente artística promovida pelo Estado e a tendência de recusar as obras de vanguardas em benefício de um estilo clássico pautariam o que Rosmaninho (2006) denomina de “arte totalitária”.

Alerta-se que, por definição, esta arte não se baseia em uma intervenção direta do Estado como se houvesse uma dominação unânime do poder vigente em fiscalizar cada traço. O que define este tipo de arte são as questões

¹⁰Um “bairro social”, nos termos técnico-urbanísticos portugueses, remete a unidades habitacionais criadas por programas de regência estatal localizadas na malha urbana e destinadas à habitação de pessoas de reduzida renda. No Brasil, remeter-se-ia ao denominado “bairro operário”. Todavia, contaria estes, em sua grande maioria, com um programa de fundos previdenciários dos próprios trabalhadores. Assim, no âmbito brasileiro, as respectivas empresas ficariam responsáveis pela localização e construção destas casas a seus funcionários.



Figura 4 – Edifícios institucionais da Universidade de Coimbra, com destaque para o da Faculdade de Medicina

Fonte: V. S. Cordova, 2017.

hegemônicas consensuais que articulam pactos em diversas esferas no intuito de facilitar o controle pelo poder político. Tanto que tal arte também foi utilizada em outros contextos. A URSS a utilizaria, os EUA, além de alguns países da América Latina. Talvez, o contexto histórico em que assomavam – em processos de unificação nacional, disputas neocoloniais, guerras mundiais e interrogações quanto ao futuro do modo de produção capitalista – possam, de alguma forma, explicar a sua propagação.

O mais comum neste período era que essas manifestações notificavam a preponderância da esfera política em traços eloquentemente dominantes.

A monumentalidade histórica de Coimbra: as políticas urbanísticas na edificação do legítimo homem português

Vitor Sartori Cordova, Jane Victal e Paulo Peixoto

Desta forma, o Estado se arrogava o direito de intervir na vida social pela ordenação de símbolos articulados a outras instâncias de poder. Rosmaninho (2006) alerta que os símbolos de expressão desse poder encontraram correspondência na monumentalidade dos edifícios, pois seu tamanho (e tendo como tônica os motivos pintados ou esculpidos) tinham como função a de fazer sobressair a imponência estatal.

Para tanto, era a antiguidade e a idealização da grandiosidade que despertava admiração pelo militarismo (disciplina) em sua arquitetura. Tudo isso devido à herança de povos que eram considerados o berço da conquista do poder dos saberes: a Grécia e a Roma Imperial. Assim, colunas, arquitraves, arcos, porém sublimados em fachadas austeras e ordenadas em composições axiais, faziam parte do bojo das construções totalitárias. A ideia de uma “Arte Nacional”, em companhia da expressão do romântico fortemente presente na segunda metade do século XIX, adensar-se-ia nos regimes de caráter autoritário bem como nas narrativas “sobre a origem do povo” e pretendendo-se como únicos: seja o ariano no caso alemão, a romanidade na Itália ou a tradição religiosa no caso português.

Tais discursos teriam as mais diversas negociatas, não prevalecendo sem artifícios políticos. Em Portugal, a visão de progresso não deixou de relevar os interesses católicos. Não por questões eclesásticas, mas por afinidades de controle da informação e da disciplina moral dos sujeitos a serem “esculpidos” pelo regime (ROSMANINHO, 2002; 2006). Por exemplo, os valores castos e púdicos teriam quer ser manejados na estética clássica das estátuas aonde, em se tratando da Universidade de Coimbra, o nu fora banido. Mesmo com estas intempéries, o classicismo grego (reinterpretado pela Roma Imperial) e os valores morais proferidos pela cristandade encontraram afinidades no que tange à uma conotação de longevidade e universalismo do moderno que, para a ortodoxia religiosa, foi um momento propício para aliar-se à sua linguagem atemporal (FRIAS; PEIXOTO, 2002).

Assim sendo, é nítido que todas as artes envolvidas nos projetos dos institutos universitários tenham uma mensagem em que se busca a constituição de quadros (em outras palavras, a angariação de adeptos ao projeto ultranacionalista português do período) e não somente de aspectos adornais. Esses quadros são levados em consideração até na tentativa de construção de um modelo de família (RAMOS, 2011). As casas operárias dos bairros sociais guardavam aparências de casebres do campo não só pelo aspecto arquitetônico, mas pelo tipo de projeto de relações sociais que desejavam emanar. Os quintais deixados para a plantação de produtos de subsistência (relacionado ao que era concebido por “homem do campo” que planta e colhe para viver) – somado ao modelo de família quisto pelo mundo do trabalho –, tinham como objetivo a inculcação de novos papéis sociais constituídos na base do gênero (seja na habitação ou fora dela), na perpetuação do modo de produção, no político ou nos referentes culturais perpetrados por meio da figura dos “bons costumes religiosos” (ROSMANINHO, 2002).

Isto, pois o fator “impessoalidade”, dentre outros, assumiu contornos neurastênicos no regime do Estado Novo (TORGAL, 2009). Para este modelo político (e demais relacionados ao âmbito da política autoritária), a abstração do projeto moderno, isto é, a insistente reflexão e criticidade do papel do indivíduo realizado por ele próprio (risco exponencialmente perigoso ao “mito da origem”), ameaçava não só a sua “personalidade”, mas a sua identidade e o papel histórico da religião e do Estado no que concerne à representação de poder sobre a “educação” das massas (MATOS, 2010; TORGAL, 2009). Desta maneira, a história romantizada do classicismo foi de boa serventia ao apelo identitário exigido por este regime, não se conformando na regressão a tempos primordiais, mas encarado como importante “pedra de toque” para não obliterar as origens quando dos progressos realizados.

Uma vez estes alcançados, tais objetivos tinham duas metas. Primeiro: a inculcação de memórias falaciosas sobre a história e formação das raças humanas; e, segundo: o enaltecimento de um “povo forte” que tem, por “vias naturais”, o direito a subjugar os demais e seus respectivos costumes (não raro, “em nome da fé”). É aqui que a monumentalidade arquitetônica dos edifícios públicos, fomentado pelo Estado Novo, encontraria complementaridade na sigleza do habitar português, que compunha o seu pano de fundo desde a segunda metade do século XIX (RAMOS, 2011).

A FORMA DO HABITAR: FUNDAMENTOS DA CASA PORTUGUESA

No ideário português (e europeu) da segunda metade do século XIX, segundo Rosmaninho (2002), residia-se uma ideia de “decadência”. Esta ideia vincular-se-ia às disputas neocoloniais mal resolvidas, às tardias e tragicômicas unificações nacionais de alguns países europeus e de seus projetos ambiciosos, somados às crises econômicas e guerras envolvendo várias nações. Este conjunto de acontecimentos era encarado como uma “crise derradeira” que colocou em risco o privilégio de algumas classes sociais segundo o poder que detinham quanto ao controle político, econômico e de hegemonia cultural de seus respectivos países – agora ameaçados pelo advento de outras classes como a burguesa, a proletária (de cunho socialista e comunista) e a voltada à social democracia (TORRALBA, 2009).

Esta decadência era vinculada, primordialmente, à identidade nacional que estava alinhada ao crivo de uma nobreza mistificada em todos os níveis socioculturais. Entre os séculos XIX e XX havia a propagação de movimentos ideológicos que fomentaram uma tentativa de redescobrir as fontes puras da tradição nacional assemelhando-

se, posteriormente, a alguns programas ultranacionalistas de feição xenófoba (MATOS, 2010). Estes programas, visando a união da nação pelo caminho da “arte”, atingiram o campo arquitetônico. Neste, buscariam um modelo alternativo às dissonâncias de estilos que surgiam no panorama da época. Porém, para surtir-se o efeito desta busca, exigia-se uma nacionalização de todos os aspectos da vida do indivíduo frente à entrada de elementos forâneos (os denominados “estrangeirismos”), que desvirtualizavam o projeto de um grande país.

É neste bojo que surgiu o movimento da “Casa Portuguesa” defendida por Raul Lino¹¹, que nutria ambições em responder a esses anseios. O movimento “Casa Portuguesa” encabeçado por este arquiteto refletia-se nos debates sobre política, cultura e arte portuguesa do século XIX e XX. A proposta inicial era a procura de uma identidade original portuguesa, primordialmente, no campo arquitetônico. Melhor dizendo, através deste, o intuito era realizar uma imersão à tradição lusitana não para engessar-se a um período pretérito, mas para apresentá-lo como uma alternativa proveitosa aos anseios do movimento moderno no que tange às propostas da disciplina do período (vide a preocupação com a questão habitacional).

Não necessariamente este movimento surge à partir do bojo salazarista, mas coincide com esta política em alguns aspectos, como: a) na procura da citada identidade portuguesa; b) na denúncia a uma arbitrariedade de estilos; e c) na falta de adesão aos problemas da “realidade nacional”. Tanto que esta atitude patriótica ajustava-se até com as propostas religiosas da época como a parcimônia que beirava o ruralismo romantizado e a pobreza como fonte de regeneração desta

¹¹ Raul Lino da Silva (21 de novembro de 1879 a 13 de julho de 1974) foi um dos pioneiros do movimento nacionalista da arquitetura portuguesa denominado “A Casa Portuguesa” no início do século XX, onde o conceito de suas obras, em um momento propício, se alinhou ao Estado Novo lusitano no projeto da Cidade Universitária de Coimbra e no seu consequente planejamento urbano.

A monumentalidade histórica de Coimbra: as políticas urbanísticas na edificação do legítimo homem português

Vitor Sartori Cordova, Jane Victal e Paulo Peixoto

identidade perdida, a qual a arquitetura teria que assumir o papel de recuperá-las. Neste âmbito, a salvaguarda de uma “casa portuguesa” constituía para seus defensores a melhor forma de proteção contra a importação de modelos estrangeiros (como o ecletismo) (ROSMANINHO, 2002).

Entretanto, mesmo que os projetos de Raul Lino fossem encarados como anti-modernos, estes compartilhavam do mesmo desejo de muitos arquitetos de então, isto é, da necessidade de refletir sobre o legado a ser deixado para as gerações futuras como uma resposta à um “mundo instável”. E é aqui que a arquitetura de tipo pitoresco se inscrevia em uma tipologia onde seu simbolismo, inevitavelmente, perpassava pelo mesmo escopo do governo salazarista: a família, a propriedade (a casa unifamiliar) e a herança (etnia), onde este triunvirato ficaria cada vez mais presente em todos os setores da sociedade (RAMOS, 2011).

Implicitamente a esta defesa, residiam algumas querelas de ideários políticos e sociais provindos de outras camadas populacionais que também se sentiam representados por este movimento. Dentre estes ideais estanciavam os valores ao enaltecimento da família tradicional, da romantização do rural como forma de purificação do homem e, logicamente, dos valores cristãos (BRITES, 2017). Valores estes cooptados rapidamente no contexto do Estado Novo português, onde seu projeto político tecia-se aos defendidos pelo Movimento da Casa Portuguesa no que tange às críticas ao liberalismo econômico, ao bom gosto, à “honestidade” e à valorização da “sensibilidade poética” no âmbito arquitetônico – sendo este o responsável por fazer sobressair, até no âmbito doméstico, o “*genius loci* lusitano”.

DestasimetriaentreEstadoNovoeoMovimentodaCasaPortuguesa, convergia-se a resolução simples de alguns problemas da época

como os sociais, advindos da falta de moradia ou da precariedade das mesmas (tanto na cidade como no campo) e de renda (classe), onde o estilo estético-nacionalista promoveria por si um “senso de igualdade” entre ricos e pobres (BANDEIRINHA, 2011). Contudo, os planos de uma convergência estética lusitana estavam fadados a uma incoerência empírica entre indivíduo, meio, economia, arquitetura e região, em um contexto onde constatavam-se diversas formas de construção de casas vernáculas em solo português como demonstrado nos estudos antropológicos sobre o assunto (OLIVEIRA, 2003). Mesmo que o intento aqui fosse a demonstração de um princípio basilar, nem mesmo os eventos urbanísticos (que teriam igual finalidade) conseguiram se esquivar de tal constrangimento.

Segundo Rosmaninho (2002), influenciados por estes tipos de exposições do século XIX e XX (como a de 1855 em Paris), Portugal promoveria feiras como a “Exposição do Mundo Português”, onde foi constatado pelo menos treze tipos de “arquiteturas originais” advindas de várias províncias. Em poucas palavras, toda a identidade nacional quista por um veio explicativo fora acompanhada pelo desenvolvimento de um regionalismo (OLIVEIRA, 2003). Desta forma, a solução (ou a consequência) foi a fusão de uma arte tradicional com uma prática de arquitetura erudita provinda dos meios acadêmicos (Figura 5), mistificando ainda mais a identidade desta casa vernácula original e do próprio “homem simples português” (RAMOS, 2011).

Sobressaía-se não mais a autenticidade destas habitações, mas a “beleza” de alguns pontos que mais chamavam a atenção pelo seu destaque estético (românico, afonsino, manuelino, gótico português) evitando-se cair nas mãos do popular – julgado como uma reelaboração simplificada destes pontos de destaque da “origem originária” –, para passar às especializadas no assunto. Neste ínterim, os adeptos da “Casa Portuguesa”, como saída para as incoerências de seus ideais de

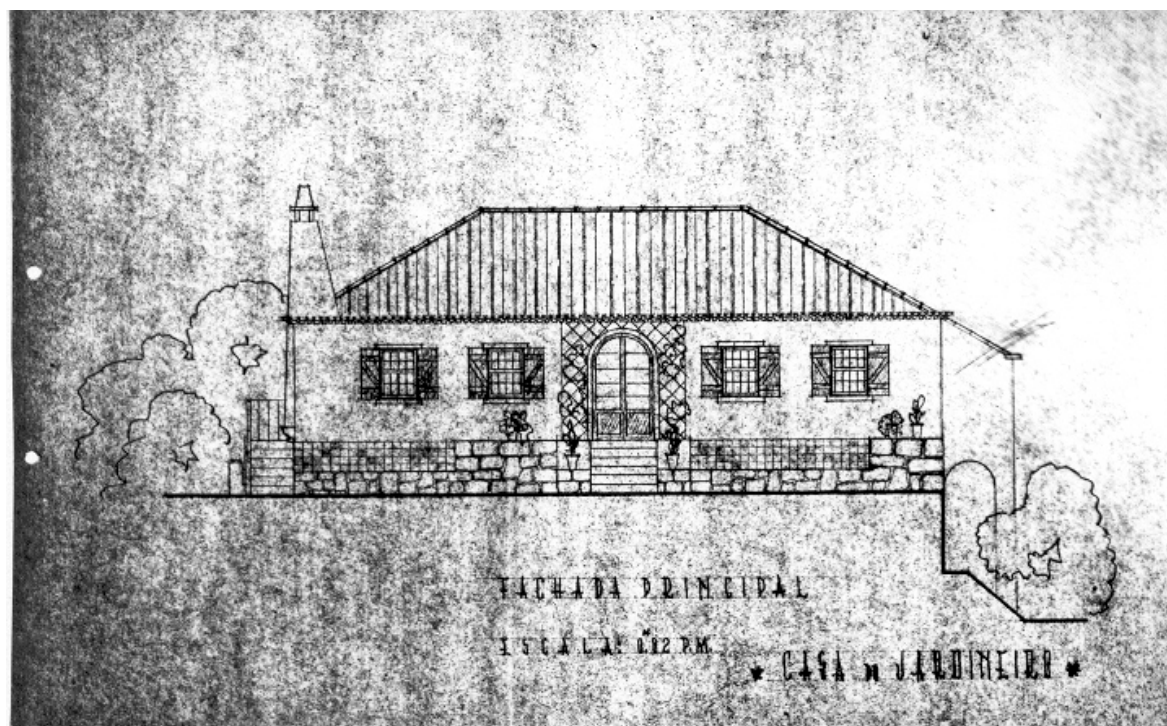


Figura 5 – “Projeto de remodelação da Casa do Jardineiro do Jardim Botânico no estilo tradicionalista (1948)”. O desenho mostra as intenções do Movimento da Casa Portuguesa em sintetizar os “valores originais” da casa vernácula lusitana

Fonte: Acervo de domínio público do Arquivo Histórico da Universidade de Coimbra.

composição artístico e arquitetônico, ou seja, aquele verdadeiro fundamento apregoadado que sustentava a “beleza da origem” desta arte e arquitetura, moldariam um estilo abstrato de composição e de projeto inspirados nos liames entre a erudição e o suposto tradicional perdido em longínquos feitos heróicos de Portugal (ROSMANINHO, 2002).

Bastavam-se grandes “inspirações históricas” para que tais projetos fossem considerados de verdadeira “estirpe nacional”, mesmo que isso convergisse em um anacronismo (OLIVEIRA, 2003). Pelo corolário daquele abstracionismo, foi possível que este movimento fosse classificado no quadro do regime político vigente no que concernia a um culto do classicismo monumental com o subjugo das massas. Sujeição que estaria vinculada não só à arquitetura, mas também aos projetos de expansão urbana através de bairros sociais.

BAIRRO DE CELAS: A “ALDEIA DO HOMEM SIMPLES”

O Bairro de Celas iniciou-se com a construção de cem casas em uma zona afastada do centro histórico da cidade (a Alta e a Baixa de Coimbra). Destaca Rosmaninho (2006) que os trabalhos decorreram entre os anos de 1945 e 1947. Apresentando uma planta circular, tem ao centro a estátua de São João Evangelista (Figura 6), trazida quando do incêndio do homônimo colégio (conhecido também como Colégio dos Lóios).

Tal colégio foi edificado entre os anos de 1631 e 1638 e nunca chegou a possuir uma igreja, servindo-se de uma capela ao interior. Em épocas da extinção das ordens religiosas, as suas dependências foram ocupadas por diversos tipos de serviços como agência bancária (Banco de Portugal) e estação de telégrafo-postal. Residiam ali algumas famílias e, desde 1912, estavam instalados o corpo de bombeiros e a tuna acadêmica (ROSMANINHO, 2006).

Fruto de grandes modificações ao longo dos tempos, os relatórios estadonovistas correlatos às obras expressaram profundas críticas à sua fachada posterior, pois esta seria muito “pobre” e arquitetonicamente destoável. A demolição, de fato, já estaria sendo implantada quando, entre os dias 17 e 18 de novembro de 1943, um incêndio impiedosamente o consumiu por completo.

O incidente, encarado como criminoso pela população - mas que terá tido origem na má conservação no compartimento de arrecadação de carvão, onde algumas cinzas poderiam estar mal apagadas facilitando sua disseminação – abriu brechas para a opinião pública (embasada pela dos peritos) se

A monumentalidade histórica de Coimbra: as políticas urbanísticas na edificação do legítimo homem português

Vitor Sartori Cordova, Jane Victal e Paulo Peixoto

convencer que ali estava a prova definitiva do quanto a zona precisava de uma remodelação para melhorar a segurança e a higiene. Assim, os restos do edifício, das casas e a estátua de São João Evangelista foram levados para o Bairro de Celas pela comunidade Salatina¹².

Este bairro contava com pessoas que moravam nas habitações onde atualmente se encontra a Faculdade de Medicina, o Largo Feira dos Estudantes (localizado bem atrás da Faculdade de Medicina) e da Rua Larga (dentre outros locais da Alta) (DUARTE, 2013). Contudo, não seria somente este bairro que contribuiria para o crescimento de Coimbra, outros entraram neste rol como o Norton de Matos, o Santo Antônio dos Olivais e o Santa Clara-a-Nova. Incrivelmente,

¹²Das diversas definições postas em análise sobre a origem do termo e do povo Salatino, muitas delas sem fundamentos precisos quanto à sua construção, a que mais parece crível se relaciona aos mouros que viviam nos arredores de Lisboa desde o século XII, contemporaneamente ao reinado de D. Afonso Henriques. Tal povo supostamente teria como principal origem a cidade marroquina localizada a noroeste do país, Salé. Entretanto, faria parte do imaginário português com a figura do chefe militar curdo-muçulmano Saladino (Salah Eddin: 1138-1193), que havia liderado a oposição islâmica frente aos cruzados europeus. Este chefe havia sido o responsável por reconquistar Jerusalém no ano de 1187 das mãos dos cruzados, permitindo que judeus e muçulmanos voltassem a morar na cidade e tornando-se uma figura emblemática na cultura árabe, persa, turca e curda. Ter-se-ia tornado célebre entre os cronistas cristãos por sua conduta cavalheiresca, conquistando admiração e se tornando exemplo para os princípios da cavalaria medieval europeia. Isto devido à grande Batalha de Salado em 30 de outubro de 1340, onde notabilizou-se o triunfo das armas cristãs de D. Afonso Henriques frente às muçulmanas de Abul-Hassan (rei de Marrocos) - no qual também tomaram partido diversos combatentes coimbrãos. D. Afonso nobilitou muitos dos combatentes portugueses que se portaram heroicamente neste acontecimento, distinguindo o caráter de honraria e fidelidade dos mesmos a si e adjetivando os combatentes de "*salatinos*", corruptela da palavra original e fruto de possíveis desvios de compreensão da pronúncia. Todavia, a intenção estaria relacionada à "áurea guerreira" daquele chefe militar curdo-muçulmano, em uma tentativa de evidenciar o espírito combativo dos lusitanos naquele conflito.



Figura 6 – Estátua de São João Evangelista no Bairro de Celas
Fonte: V. S. Cordova, 2017.

o aspecto singelo dos projetos urbanos e de habitação realçaram não só a vivência do homem simples "originariamente português", mas também os colocaram em uma subalternização em relação à monumentalidade das obras que surgiriam. Deste modo, a relação de desenvolvimento emanado das construções da Região da Alta estamparia nitidamente o contraste entre a tradição e o progresso.

Ironicamente, não era isso que Lino (1992) intentava em seu livro "Casas Portuguesas", no qual indagava o que poderia ocorrer em termos de identidade às "casas do amanhã", isto é, às casas dos tempos modernos. Desde o momento, segundo o próprio, em que a modernidade havia colocado o homem

em um constante “nomadismo”¹³ (e também pela simplificação que os regimes mais “coletivistas” ofereceram ao sujeito), as atividades humanas estavam fadadas a edifícios exageradamente especializados. Especialização que, ao seu ver, reduziria o ato de habitar (não somente o da casa, mas da própria cidade) à atividades que não se coadunariam em nada com o espaço e a tradição (familiar) que a mesma deveria denunciar.

A habitação (confundida incessantemente com o habitat), neste âmbito, deveria ser uma unidade independente, reduto da intimidade e investida na luta contra “todas as aberrações do coletivismo”. Para tanto, não só algumas regras econômicas (que pautar-se-iam pelo poder aquisitivo dos proprietários) e de higiene precisariam ser consideradas, mas também as comodidades que a moradia ofertaria nos regozijos estéticos com o seu exterior. Para isso deveriam ter, por exemplo, um recanto ajardinado que serviria como um “retiro da alma”¹⁴.

Desta maneira, este recanto, criando um pequeno mundo à parte das vias públicas e da indiscrição do olhar alheio, teria por base um dos alicerces que molda o Bairro de Celas: o isolamento, sendo este buscado como recurso ao recato, de um sentimento de independência ao mundo pasteurizado das massas, onde é agradável reconhecer e fora de um meio urbanizado (LINO, 1992). Além do mais, o conforto estampado pelo gosto do proprietário se revelaria mais uma vez em seu caráter insulado já que, para Lino (1992), outras categorias contribuiriam com o fator isolamento para qualificar uma casa como habitável. Uma delas é o ar que, segundo as teorias miasmáticas, respaldariam o afastamento como solução técnica para evitar que

rajadas de vento contaminadas pela “fábrica de constipações” se encarregassem dos locais “amontoados e pouco cuidados”.

O novo conjunto agora – lido aqui como a identificação imagética entre espaço, indivíduo e a estética habitacional correlata –, devia condizer com a “harmonia” que havia de manifestar-se no plano da casa, onde tudo teria de estar de acordo com os crivos de beleza e economia, com as posses e necessidades do proprietário e identificados, exclusivamente, pelo arquiteto (RAMOS, 2011; ROSMANINHO, 2002). Este último, seria o responsável pelo caráter de naturalidade das habitações projetadas já que, para Lino (1992), seu trabalho convergia exclusivamente para isso. A inspiração a esta naturalidade era buscada na tradição construtiva, no caso, as que se revelariam pela experiência tradicional do que denominava de “economia experimentada”. Isso era mais do que necessário para a habitação refletir a “maneira de sentir de um povo unificado pela série de circunstâncias que constituem a sua história” (LINO, 1992, p. 50).

Para os critérios do modelo do “povo unificado”, a estética específica à naturalidade das habitações dos bairros sociais devia estar de acordo com o perfil dos moradores (identificados *a priori*) onde, no caso de Celas, seguia como tipo as pequenas e unifamiliares casas aldeãs (Figura 7).

Em primeiras instâncias, a “tipologia aldeã” estadonovista buscou inspiração na ideia das cidades-jardins britânicas de Ebenezer Howard, cujo modelo compreendia a lógica urbanística em seu conjunto arquitetônico. Porém, devido à proximidade do modelo salazarista com a ultradireita alemã e italiana, esta tipologia guardou nítidos traços com o programa de habitação nazista, os denominados *Kleinsiedlungen* (“bairrozinhos”), onde o agrupamento das pequenas casas individuais também era dotado de anexos para o cultivo de hortaliças e árvores frutíferas que, para isso, contavam com um quintal

¹³ As diversas possibilidades de reflexões existenciais abertas pelo projeto moderno.

¹⁴ De fato, estes jardins teriam a incumbência de isolar a casa do passeio público e de servirem como mais um elemento importante à higiene: apartar a rua das paredes que um dia eram conexas.



Figura 7 – Habitação unifamiliar original do Bairro de Celas

Fonte: V. S. Cordova, 2017.

de aproximadamente vinte metros quadrados (ROSMANINHO, 2006). O ar pitoresco com seu conjunto “colorido e simpático”, isto em vista da opinião da imprensa da época, “comungaria em benefício da simplicidade desejada para uma propriedade ocupada por famílias tradicionais, onde a casa pequena e independente serviria para a propagação destes valores” (ROSMANINHO, 2006, p. 245).

Todavia, a política do “espírito estatal” (a legitimidade do Estado Novo), além de uma orientação artística, alçou uma predisposição de “mundividência” nestas habitações. Isso significa que, onde houvesse a coexistência de múltiplos tempos e experiências individuais no meio urbano, estes ganhariam contornos de institucionalização, ou seja, o Estado coordenaria a existência, as

oportunidades, a realização e a concretização dos projetos de vida destes indivíduos (ou, pelo menos, almejou).

Isto não só no aspecto do controle artístico, mas espacial, onde estes valores convergiriam em uma *imago mundi*, em um tipo de homem que teria sustentações tipicamente geográficas: no centro da cidade (no *umbilicus*) localizar-se-ia a história substancial e essencial ornamentada com o estilo clássico e monumental; em zonas periféricas ter-se-ia o campo e o homem tradicional (“primitivo”) como balizador, localizado próximo às áreas naturais (seu devido lugar), próprias de espíritos quase ingênuos e não contaminados pela civilização moderna, onde sustentar-se-ia o estilo vernáculo “perdido no tempo” em alguma clareira da Floresta do Choupal.

Daqui já decorria a ideologização patrimonial da cidade onde, na verdade, a legislatura sobre os monumentos históricos estava a serviço do Estado no que tange aos critérios de manutenção ou demolição das construções da Cidade Alta¹⁵ (DUARTE, 2013). Assim também foi encarado o planejamento urbano de Coimbra que, não fugindo a esta regra, disseminar-se-ia hora pela “origem arquitetônica” dos vários séculos identificados na localidade (“cientificamente constatada”), hora pela necessidade de impor uma ordenação das áreas ao entorno que não estavam necessariamente integradas ao principal local de intervenção, sendo incluídas irremediavelmente no ideário extremamente paradigmático de centro e periferia (ROSMANINHO, 2006).

Desta forma, as reformas da Alta de Coimbra, com a devida manipulação da tecnoesfera e da psicoesfera (da

¹⁵ Levando-se em consideração, para tais feitos, a Carta de Atenas de 1933 e a de Veneza de 1968.

ideologia implantada e de todos os artifícios políticos e culturais para a sua manutenção), pautar-se-iam na adequação do patrimônio à monumentalização (sociologicamente falando) de um método atroz de controle de existências díspares. Vide propriamente os critérios de restauro e manutenção de alguns edifícios na cidade: aquilo que atrapalhava o progresso era posto totalmente abaixo, salvo pequenas minúcias que poderiam ganhar as “pompas honrosas”, porém mortificadas, de um museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que ocorreu em Coimbra também pode ser observado em vários contextos urbanos da atualidade. Como visto, a questão da monumentalidade, longe de ser colocada somente no quadro de análise arquitetônica, fora abordada neste artigo como potência catalizadora de ações plurais no âmbito público e, principalmente, utilizadas enquanto instrumento de formação das identidades por meio da assimilação das individualidades no espaço urbano (se assim um dia as encarou como tal).

As identidades individuais, “acatadas” por uma qualificação por meio da associação superficial dos papéis sociais, pouco levou em conta as materialidades e imaterialidades das diversas experiências de vida que, invariavelmente, se apresentam no tecido urbano de uma cidade. As intencionalidades das ações humanas, aquelas que Simmel (2006) denomina de sociação, isto é, as relações estipuladas nas bases interativas fora do espectro objetivante (ou de padrões políticos militarizados), acabam sendo realocadas em uma quimera de cunho racionalizado (técnico e tecnicizante, ou seja, de instrumentos e de sua posterior aceitação passiva, pois altamente conclusiva em termos

de objetivos e resultados) na qual o indivíduo (o humano) é relegado a um “punhado comunitário” estigmatizado como sociedade.

O que é mais espantoso é que tais experiências não se bastaram a uma localidade como Portugal, nem ao menos Espanha, Alemanha ou Itália, ou seja, às nações que historicamente foram consideradas enquanto nazifascistas. Qualificar tais regimes políticos enquanto um abarcamento epocal seria incorrer no erro de reduzir suas intenções a um período histórico rigidamente definido, sendo que, em muitos discursos considerados vanguardistas de eras posteriores, os mesmos se apresentaram em outros veios societários, políticos e culturais (veios estes denominados profascistas). Como exemplo, esta situação pode ser averiguada no atual âmbito político nacional, onde há a proliferação de um discurso altamente racionalista que empreende uma equação grosseira entre economia e vidas humanas em um quadro pandêmico como o da Covid-19.

É por isso que este artigo insiste que as obras referentes à cidade de Coimbra não podem ser consideradas tipicamente de cunho salazarista enquanto aporte histórico *strictu sensu*. As intervenções feitas na cidade tampouco corresponderam a um ensejo particular de António de Oliveira Salazar. Podendo uma vez estar no controle, suas ações encontraram adeptos em diversos projetos consensuais de distintas frações de poder que não o apoiavam diretamente, mas que fizeram parte do rol das diretrizes políticas portuguesas. Isso significa que as intervenções retrataram um conjunto de ações que se pautaram não somente pelo controle do poder cultural, mas também pela conjuntura de um período de tentativas e concretizações de projetos político-econômicos que serviriam de “parâmetros” para tempos vindouros.

Assim, havia não só quadros de instâncias totalitárias, mas outros mais brandos em que a crença na razão e nos sistemas peritos era mantida como postura para resolver (e ainda acreditam que resolvem)

A monumentalidade histórica de Coimbra: as políticas urbanísticas na edificação do legítimo homem português

Vitor Sartori Cordova, Jane Victal e Paulo Peixoto

os problemas de uma sociedade que sofria com as impedências ininterruptas de uma tradição ainda em vigor. Era um breve devaneio que podia até não qualificar estritamente algumas pessoas como apoiadoras das ideias do regime estadonovista, mas que, infelizmente, as posicionavam no mesmo arquétipo de crença (seja acrítica, polarizada, ingênua, racional) dos projetos de “modernidade” da época. Todavia, essa situação não trouxe necessariamente uma resposta plausível àqueles que se situavam nos escombros de casas, edifícios, arcos de antigos castelos com a tarefa de retomar a vida em outro lugar. Situação que, uma vez subjugada, caiu em “esquecimento”, pela “parca relevância” dos problemas da população que foram soterrados pelas enfadonhas discussões no campo histórico-conceitual acadêmico.

Mesmo assim, do ranço dos destroços deste campo de conflagração constatados no meio urbano, permanece a pátina temporal, embora o que realmente tenha sido convergido em uma imagem contemplativa de caráter simmeliano seja a de uma cidade que ficou rodeada por disputas “progressistas” frente a uma nostalgia bucólica. Mais precisamente, esta imagem simmeliana ofertada por quem confere o denominado centro histórico de Coimbra é de uma exaurida cidade que ainda guarda uma saudosa visão de um passado “grandioso e verdadeiro” (e de um futuro virtuoso) de Portugal. Exclui-se, para tanto, os demais aspectos que atualmente se apresentam na sua textura etnográfica, como as peculiares situações dos imigrantes africanos, latino-americanos e árabes que habitam o centro.

Entretanto, tal passado romantizado não deixa de ser percebido e lembrado no lamento constante de muitos dos seus habitantes, principalmente, quando o ato de apontar os “culpados” pelo contexto presente se torna necessário. Assim, é demasiadamente comum, mesmo na atualidade, que grandiosas visões de futuro (ainda que inatingíveis à maioria da população), sejam utilizadas para assimilar as

divergências, constituir ideologias totalitárias e aplicá-las ao âmbito político. Essas imagens radiantes baseadas na supremacia nacional, racial e identitária alimentam o sonho dos pequenos e reforçam o controle dos poderosos que, ainda mais fortalecidos, atuam para um “certo bem” de seus países e, obviamente, de suas cidades. ☉

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, C.R.C. A monumentalidade arquitetônica dentro do planejamento estratégico de cidades: a arquitetura rentista e a grife Richard Rogers. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (RISCO)**, v. 2, n. 12, p. 67-101, 2010.

BANDEIRINHA, J. A. **O processo SAAL e a arquitetura no 25 de abril de 1974**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

BRITES, J. Estado Novo, Arquitetura e Renascimento Nacional. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (RISCO)**, v. 15, n. 1, p. 100-113, 2017.

DUARTE, N. P. Fragmentos: reunião das memórias dos últimos Salatinas da Velha Alta de Coimbra. 2013. 118f. **Dissertação** (Mestrado em Design e Multimédia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

FRIAS, A., PEIXOTO, P. Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra. **Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**, Coimbra (Portugal), s/v, (s/n), p. 1-31, 2002.

GIEDION, S. **Espaço, tempo e arquitetura**: desenvolvimento de uma nova tradição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LINO, R. **Casas portuguesas**. Lisboa: Cotovia, 1992.

A monumentalidade histórica de Coimbra: as políticas urbanísticas na edificação do legítimo homem português

Vitor Sartori Cordova, Jane Victal e Paulo Peixoto

MATOS, V. M.C. de. **Portugal e Itália. Relações diplomáticas [1943-1974]**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MONTANER, J. M. **Arquitetura e crítica**. São Paulo: Gustavo Gilli, 2015.

OLIVEIRA, E. V. de. **Arquitetura tradicional portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

RAMOS, R. J. G. Casa Portuguesa. **Repositório Aberto da Universidade do Porto**, s/v (s/n), p. 1-6. 2011.

ROSMANINHO, N. A Casa Portuguesa e outras Casas Nacionais. **Revista da Universidade de Aveiro de Letras**, Aveiro (Portugal), s/v, s/n, p. 225-250, 2002.

ROSMANINHO, N. **O poder da arte: o estado novo e a Cidade Universitária de Coimbra**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

SIMMEL, G. **A estética e a cidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**, Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TORGAL, L. R. **Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

Submetido em Agosto de 2020.

Revisado em Outubro de 2020.

Aceito em Novembro de 2020.